

Estudo das avaliações e expectativas sobre as condições pessoais e de vida entre os pescadores do lago de Itaipu

Eduardo A. Tomanik
Lucy Mara Paiola
Luiz Carlos Tavares de Sá

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TOMANIK, EA., PAIOLA, LM., and SÁ, LCT. Estudo das avaliações e expectativas sobre as condições pessoais e de vida entre os pescadores do lago de Itaipu. SILVEIRA, AF., *et al.*, org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 44-59. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE II

PSICOLOGIA, TRABALHO E PROFISSÃO

Estudo das avaliações e expectativas sobre as condições pessoais e de vida entre os pescadores do lago de Itaipu

Eduardo A. Tomanik¹

Lucy Mara Paiola²

Luiz Carlos Tavares de Sá³

Em meados de 1998, houve um convite, por parte da coordenação científica do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (NUPELIA), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), a alguns dos integrantes do Grupo de Estudos Sócio-Ambientais (GESA) da mesma instituição, que já vinham atuando em conjunto com o Núcleo, na região da planície de inundação do rio Paraná, situada à montante do lago da Usina de Itaipu, para que estendessem seus estudos sobre Representações Sociais também aos pescadores da região do lago. Este foi o ponto de partida do estudo que originou este relato.

O estudo, como um todo, visou analisar as avaliações e expectativas elaboradas pelos pescadores profissionais do lago sobre suas condições de vida, as razões a que atribuem suas situações atuais, suas projeções e esperanças para o futuro.

Nesta temática estavam incluídas as propostas eventualmente existentes, para alteração daquelas condições e as disposições pessoais e coletivas de participação, nestas tentativas ou propostas de alterações.

A diversidade dos objetivos específicos da pesquisa, a quantidade, a qualidade dos dados obtidos e a extensão das análises que estas

¹ Doutor em Psicologia Social, Professor do Departamento de Psicologia e dos Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (Ciências Ambientais) da Universidade Estadual de Maringá – PR.

² Licenciada em Psicologia, aluna do Curso de Mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (Ciências Ambientais) da Universidade Estadual de Maringá – PR.

³ Historiador, Especialista em Arqueologia, Etnohistória e Etnologia no Paraná, aluno do Curso de Mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (Ciências Ambientais) da Universidade Estadual de Maringá – PR.

possibilitaram resultaram num relatório final bastante volumoso. Nossa intenção, aqui, é a de apresentar duas partes do mesmo: a) um painel parcial sobre as condições atuais de vida dos pescadores da região e algumas das razões históricas que conduziram a esta situação e b) elementos referentes às formas como aqueles pescadores representam suas condições atuais, familiares e coletivas, de vida e as projeções que os mesmos elaboram para seu futuro mais próximo. Uma análise final tentará estabelecer conexões entre estes elementos.

1. A região e a vida

O lago formado pela Hidrelétrica de Itaipu

...apresenta uma superfície de 1350 Km² em sua quota média de operação (220 m) e 1460 Km² na quota máxima (223 m), sendo 625 Km² no Brasil e 835 Km² no Paraguai. Estende-se pelos 151 Km (170 Km na quota máxima normal) que separam as cidades de Guaíra – Salto dei Guayrá das de Foz do Iguazu – Ciudad del Este, alcançando a largura máxima de 7 Km (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 3).

A área inundada pelo lago envolve

terras do Estado do Paraná (Municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguazu e Santa Terezinha de Itaipu) no lado brasileiro e os Departamentos de Canindeyu (distrito de Salto del Guayrá) e Alto Paraná (Distrito de Hernandaria) no Paraguai (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 5).

Esta região tem sido, historicamente, palco de processos sucessivos de ocupação e de conflitos. Inicialmente, entre grupos indígenas diferentes, a seguir, entre estes e os recém-chegados descobridores (ou invasores) brancos, entre portugueses e espanhóis, ora aliados, ora perseguidores dos grupos nativos. Mais tarde, entre os poucos remanescentes destes grupos e os representantes de novas tentativas de ocupação e de exploração da área. Na história mais recente

processo de colonização do oeste paranaense foi iniciado, de forma incipiente, na metade do século passado, com a instalação do primeiro povoado por companhias argentinas e inglesas ligadas à exploração de madeira e erva mate. Nova tentativa de ocupação ocorreu nos anos 40 a partir de migrantes vindos do leste paranaense,

geralmente com ascendência europeia, cuja produção era baseada no cultivo de milho e criação de suínos. O início efetivo da colonização desta região foi registrado, no entanto, a partir da década de 50, pelos imigrantes vindos do sul do Brasil (oeste dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina), geralmente de origem alemã e italiana. Com uma ocupação caracterizada por minifúndios (25 ha), organizados em faixas, de maneira a garantir o suprimento de água, estes pioneiros organizavam-se em povoados com escolas, igrejas e estradas, cuja característica marcante era a solidariedade baseada na origem e religião (Kohlhepp, 1987). O policultivo, com o predomínio do milho, e a suinocultura constituíam a base produtiva. O final desta década foi marcado por grandes conflitos de posse da terra como fruto da valorização desta na região e da venda de títulos falsos (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 10 e 11).

A abertura desta frente de terras e de trabalho não tardou a atrair, para lá, novas levas de migrantes, já com projetos de vida e de produção algo diferenciados.

Na década de 60 a ocupação da área ganha relevância com a entrada de migrantes do norte do Estado do Paraná, que introduzem o cultivo do café, que juntamente com o feijão, arroz e milho constituía a base da produção agrícola da região na época (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 11).

Ainda que de forma pouco intensa, as formas recém-implantadas de cultivo ou aproveitamento do solo já significavam uma primeira mudança nos processos locais de trabalho, uma vez que substituíam atividades mais voltadas à produção para consumo próprio ou comercialização regional, por outras, cujo objetivo eram os mercados situados fora da região ou mesmo do país. Logo a seguir, estes processos de substituição seriam consideravelmente acelerados.

Nos anos 70 constatou-se um rompimento abrupto com cultivos tradicionais, geralmente realizados com base na força animal, com colheitas manuais e com características de subsistência. O sucesso no cultivo do trigo em algumas fazendas da região levou o governo a abrir linhas de crédito agrícola para a mecanização da terra e desenvolvimento desta atividade. O contato prévio que os pioneiros vindos do sul tinham com este cultivo, aliado à alta fertilidade do solo e à política governamental visando estimular as exportações, levaram à difusão de meios e técnicas tidas como modernas, como

alta mecanização, uso de fertilizantes e pesticidas, bem como sementes altamente produtivas. A estrutura fundiária sofreu considerável alteração, com um decréscimo de 9,0% nos estabelecimentos rurais durante esta década (...). Neste mesmo período, entretanto, a expansão de terras agricultáveis elevou-se em 13,6%. Este quadro conduziu a grandes deslocamentos populacionais (proprietários de minifúndios e empregados) para áreas topograficamente menos favoráveis à agricultura mecanizada, para novas fronteiras agrícolas no norte do Brasil e leste do Paraguai e para a periferia dos maiores centros urbanos (...). As condições desfavoráveis das áreas ocupadas pelas pessoas que permaneceram na região acentuaram os contrastes sociais na região, com minifúndios periféricos, pouco produtivos e com práticas agrícolas primitivas e fazendas altamente rentáveis e com uma agricultura moderna servindo à exportação (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 11).

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu trouxe novos complicadores a esta situação regional. Iniciadas na década de 60, as atividades da construção da Usina atingiram o pico de ocupação de mão de obra, na década seguinte, chegando a envolver cerca de 40.000 trabalhadores, a maioria dos quais vindos de outras regiões. Com o avanço e a conclusão das obras, a imensa maioria deste contingente foi dispensada, o que resultou na extinção da maioria dos serviços criados para atendê-lo. Além disso, parte daqueles trabalhadores permaneceu na região, sem que esta tivesse condições plenas de absorção dos mesmos.

Somando-se a isto, a formação do lago subtraiu da região parte de suas terras agricultáveis, o que reduziu o rendimento agrícola, especialmente das pequenas propriedades e contribuiu para um agravamento ainda maior do quadro socioeconômico local.

Como resultado destes processos, a região, que anteriormente foi capaz de atrair sucessivas levas de migrantes, pelos atrativos que oferecia como local de trabalho e de ascensão econômica, hoje apresenta, como contra ponto aos seus índices de fertilidade e de produção, cruéis indicadores de miséria e de exclusão social.

A indigência, que afeta cerca de 20,7% da população do Estado do Paraná, é mais pronunciada nos municípios às margens do reservatório de Itaipu. Assim, com exceção de Foz do Iguaçu, nos demais municípios considerados, os níveis de indigência alcançam

valores de até 44% da população. Estes percentuais, que se aproximam daqueles das regiões mais pobres do país, contrastam com a fertilidade do solo e o nível de produção agrícola na área, considerados os mais elevados do país (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 14).

Frente a estas condições, a pesca, antes praticada apenas eventualmente, como forma de complementação alimentar ou do orçamento familiar, por grande parte da população regional e como atividade profissional principal ou exclusiva por um grupo reduzido de trabalhadores, tornou-se uma alternativa ocupacional quase que obrigatória para grande parte daqueles que foram afastados de suas terras e de seus trabalhos.

Os estudos realizados na região por Agostinho, Okada e Gregoris (1994) mostram uma quantidade considerável de pessoas envolvidas com a pesca e dependentes dela, para seu sustento. No ano de 1993, por exemplo, o número de pessoas, que tiravam diretamente da pesca os recursos necessários à sua subsistência, era de 1067. Uma vez que o número médio de dependentes por pescador, na região, é de 3,07, teríamos, naquele momento e num cálculo aproximado, cerca de 3200 pessoas cujas condições de vida decorriam, de forma direta, das condições da pesca.

O número de pescadores profissionais na região tem variado ano a ano, em função das condições de trabalho, do preço alcançado pelo pescado e de outras variáveis.

A pesca na região do reservatório de Itaipu foi (...) marcada por dificuldades históricas. No início, quando o rio oferecia uma pesca rentável com espécies amplamente aceitas nos grandes centros consumidores, a falta de infraestrutura básica (comercialização e sistema viário) impediu seu pleno desenvolvimento. Quando estes problemas foram parcialmente superados, o represamento alterou a fauna. De qualquer modo, embora com uma produtividade baixa, a atividade pesqueira atende a uma faixa da população com baixa ou nenhuma renda. A pesca tem pois característica de refúgio aos deserdados da terra ou do sistema produtivo (Agostinho, Okada e Gregoris, 1994: 19 e 20).

A inviabilização ou a degradação, ainda que parcial, das condições da pesca na região pode significar uma exclusão a mais, para um grupo que já não conta com muitas alternativas.

Ora, o conhecimento e a compreensão das Representações Sociais é um passo inicial importante para qualquer tentativa posterior de realização de um trabalho conjunto, que vise alterar, de alguma forma, as condições de vida de qualquer grupo social.

Estudar as Representações Sociais é, então, uma forma de desvendar a ‘realidade’ tal como socialmente instituída por este grupo e assim compreender suas ações e reações. Esta compreensão é indispensável para a elaboração coletiva de alternativas de ação para e com o grupo, frente às problemáticas vividas por ele (Tomanik, Chaves Filho e Lucas, 1997: 267).

Portanto, as tentativas de participação ou mesmo de elaboração de políticas que visem alterações nas condições de vida de um grupo social, seja qual for, devem passar pelo conhecimento e discussão dos diferentes sistemas de Representações ali coexistentes.

Visando obter uma primeira aproximação ao conhecimento destas Representações, o estudo, cujos objetivos foram apresentados no início deste relato, foi realizado com uma amostra dos pescadores da região.

O tamanho do lago, a dispersão dos pescadores por ele ou por suas margens e o ritmo de trabalho dos mesmos dificultaram o acesso a uma parcela mais significativa do grupo a ser estudado. Além disso, o tempo requerido pelo período de abordagem inicial dos entrevistados e para a aplicação das entrevistas semidiretivas utilizadas também contribuiu para a restrição do grupo amostral.

Durante o período dedicado à coleta de dados pudemos entrevistar 64 pessoas que se identificaram como pescadores profissionais, 20 delas durante a realização de reuniões nas Colônias de Pescadores de Santa Helena e de Foz do Iguaçu e os demais em diversas regiões do lago. Posteriormente, 2 das entrevistas foram excluídas da tabulação, uma vez que os respondentes não podiam ser considerados pescadores profissionais.

O estudo como um todo envolveu 26 itens de investigação. Destes, 6 serão apresentados e discutidos neste relato: a avaliação das condições de vida familiares e coletivas e as perspectivas de vida pessoais, familiares, comunitárias e para a pesca, elaboradas pelo grupo dos entrevistados.

Nos subtítulos da apresentação de cada um destes itens aparecem, entre parênteses, as perguntas que deram origem às respostas analisadas.

2. Avaliação das condições de vida

2.1. Condições Familiares

(Como o Sr. acha que está a vida de sua família, hoje? Por quê?)

De um ponto de vista estritamente numérico, dos 61 entrevistados que responderam a esta questão, 26 consideraram que as condições de vida de suas famílias, hoje, podem ser avaliadas como razoáveis e 19 as avaliaram como boas. Para 16 dos respondentes, suas situações familiares atuais são ruins.

A análise superficial de dados como estes poderia levar à conclusão otimista (e ingênua) de que 73,7% dos entrevistados estão, ao menos parcialmente, satisfeitos com as condições em que vivem. Entretanto, a análise das razões pelas quais as alternativas iniciais de respostas foram apontadas mostra um quadro bastante diferente.

Dos 26 entrevistados que afirmaram considerar a situação atual de suas famílias como razoável, 23 associaram à palavra “razoável” um significado negativo. Quando perguntados por que avaliaram daquela forma suas condições de vida, as respostas destes entrevistados evidenciaram pouca satisfação (“*só pode ficar com a família nos finais de semana*”), desconforto e dificuldade de acesso ao trabalho (“*tem que se deslocar muito para pegar o peixe*”) e, acima de tudo, dificuldades financeiras (“*pouco ganho*”, “*tá difícil sustentar todos*”).

Outros 3 entrevistados associaram a palavra razoável a um significado positivo, na medida em que atribuíram suas condições atuais de vida ao esforço conjunto do grupo familiar. Para estes, a vida familiar está razoável porque “*a mulher e os filhos ajudam na renda..*”, “*todos trabalham*” ou “*todos trabalham e arrumam um troquinho*”. Assim, se considerarmos o sentido mais profundo das respostas, veremos que a maioria dos entrevistados apresenta uma avaliação pessimista para suas condições atuais de vida. Os motivos para esta avaliação, são, essencialmente, ligados às questões financeiras e de trabalho: “*falta de dinheiro e trabalho para os filhos*”, “*falta de emprego*”.

Por outro lado, cerca de um terço dos entrevistados consideram sua situação familiar atual como boa. Para alguns destes “*todos agora*

trabalham” e a soma dos ganhos contribui para a melhoria das condições da família.

Para outros, entretanto, a própria avaliação positiva assume um significado muito mais de conformismo do que de satisfação efetiva. As respostas destes são baseadas em afirmações de que, ao menos, cada um deles “*faz prá viver*”, ou seja, mesmo que ganhem pouco, com este, ao menos “*dá prá manter a família*”.

Assim, é possível supor que as avaliações positivas das condições familiares se devam muito mais a um nível extremamente baixo de expectativas do que a existência de uma situação concreta de satisfação, uma vez que apenas as necessidades mais elementares são apontadas como supridas. Como disse um deles “*está dando para sobreviver*”.

A relevância dada à família, como possibilitadora de uma condição, ao menos aceitável de vida, vem confirmar que a atividade com a pesca não vem sendo suficiente para garantir o sustento e o bem estar de todos.

Mesmo para os mais otimistas, a pesca aparece poucas vezes como propiciadora, isoladamente, do bem estar familiar. Com conotação positiva, ela é citada apenas em comparação com a lavoura, atividade tida como ainda mais ineficiente para o sustento da família.

Por outro lado, quando a avaliação das condições familiares é negativa, as causas apontadas são quase sempre a pesca e as dificuldades encontradas nesta atividade.

2.2. Condições Coletivas

(Como o Sr. acha que está a vida dos pescadores? Por quê?)

De forma coerente, as condições atuais de vida do grupo de pescadores como um todo são avaliadas, sob qualquer análise, de forma bastante negativa. Do total de 62 entrevistados que responderam a esta questão, 34 avaliaram as condições de vida da coletividade como ruins, 21 como razoáveis e apenas 7 consideraram aquelas condições como sendo boas, atualmente.

A exemplo do que havia ocorrido no item anterior, aqueles que avaliaram as condições de vida como razoáveis associaram uma conotação negativa à sua avaliação. “Razoável”, neste caso, foi apenas sinônimo de

ruim. Para uns significava ao menos o consolo de que *“dá peixe”* e, com isto *“todos conseguem sustentá a família, mais ou menos”*. Outro lembrava que *“trabalhando consegue sustentar a família”*. Esta condição, para outro, *“depende do tanto de material: quem tem muito material, sinal de mais peixe”*. Para os demais, entretanto, o significado era muito mais de queixa: *“o peixe é pouco e o preço é baixo, o material é muito caro”*; *“a venda do peixe tá ruim e o preço está muito baixo”*. Ao invés de uma expectativa de melhoras nas condições coletivas, as respostas destes evidenciavam uma avaliação de que o ganho obtido com a pesca *“só dá prá [se] manter”*. Desta forma, uma análise mais aprofundada das respostas permite situar em 55 o número de avaliações negativas sobre as condições coletivas atuais.

Entre aqueles que consideram boas as condições comunitárias dos pescadores, pode ser feita uma ressalva semelhante à anterior, pois *“boa”* aparece nas respostas destes entrevistados significando apenas a possibilidade de continuar obtendo o suficiente para suprir as necessidades mais básicas e imediatas do grupo familiar. Assim, a situação é boa apenas porque *“fome não passa”* e *“dá prá viver”*.

A avaliação de *“boa”* pode ser atribuída, segundo os entrevistados, apenas às condições de vida dos pescadores que dispõem de recursos e de equipamentos melhores e em quantidade suficiente. Para estes, pode ser que a pesca ainda possibilite uma vida efetivamente *“boa”*.

3. Perspectivas de vida

3.1. Pessoais

(Como é que o Sr. acha que vai ficar a sua vida daqui para frente?
Por quê?)

Dentre os 55 entrevistados que responderam a esta questão, 30 manifestaram perspectivas de melhoras, 11 apresentaram suposições negativas e 14 disseram que suas perspectivas pessoais são de que suas vidas vão ficar como estão, ou seja, não sofrerão alterações, seja no sentido de melhorar ou piorar.

A maioria deles, que apresenta o que poderíamos chamar de uma visão otimista, quando questionados sobre a razão desta projeção, apresenta respostas que apontam como motivo principal a pesca, em seguida a

possibilidade de desenvolver alguma atividade paralela e, por fim, apenas a esperança de que simplesmente a vida melhore. Entretanto, uma análise um pouco mais aprofundada sobre as respostas que apontam a pesca como motivo de melhora, evidencia uma situação de subordinação, ou seja, a vida deles deve melhorar em função da pesca, mas esta só vai melhorar se “*abrir um frigorífico*” na região, se “*abrir o canal pro peixe subir*”, ou seja, se for aberto um canal que permita que os peixes que hoje vivem à jusante da barragem possam passar por ela e pelo lago em direção às nascentes do rio e de seus afluentes superiores.

Aqueles que apontam a possibilidade de desenvolver uma atividade paralela à pesca, não apresentam perspectivas mais concretas para esta possibilidade; suas respostas apontam para “*bicos*” na agricultura ou para a esperança de sucesso com um empreendimento próprio (“*quando abrir a peixaria*”).

Embora as perspectivas de futuro sejam apresentadas pela maioria com uma visão otimista, concretamente esta visão aparece com algum grau de fragilidade, uma vez que se apresenta subordinada a processos que podem ou não vir a acontecer.

Os 11 entrevistados que apresentaram uma visão, digamos, pessimista, justificam esta projeção com a escassez do peixe (“*cada dia que passa o peixe tá diminuindo*”); falta de assistência, tanto da Colônia dos Pescadores quanto do Governo Federal e também em decorrência do enfraquecimento físico associado ao avanço da idade.

Outros 14 respondentes dizem que suas vidas não sofrerão alterações e apresentam como justificativa, novamente, a escassez do peixe, uma vez que “*o dourado e o pintado sumiu*”, a dúvida frente à possibilidade de ajuda externa, pois estão “*... sem apoio dos Presidentes da Colônia*” e a inviabilidade do abandono da pesca, já que “*não tem outra profissão*”.

Assim, com base no conteúdo das respostas a estas questões, pode-se dividir os respondentes em dois grupos: o primeiro, formado por aqueles que dizem que as suas vidas vão continuar como estão, junto àqueles que dizem que vão piorar, e que apresentam razões bastante palpáveis para suas projeções; o segundo, formado por aqueles que dizem que suas vidas tendem a melhorar e que baseiam suas suposições em razões mais frágeis, constituídas muito mais por expectativas e esperanças. Embora a maioria

suponha, ou espere que sua vida daqui para frente tende a melhorar, poucos conseguem apontar razões mais prováveis para isto.

3.2. Familiares

(Como é que o Sr. acha que vai ficar a vida da sua família daqui para frente? Por quê?)

Nas perspectivas dos pescadores, as famílias aparecem como depositárias mais próximas e possíveis de suas esperanças. Dentre os 52 entrevistados que responderam a esta questão, 30 apresentaram o que poderíamos chamar de visão otimista e apontam razões possíveis para esta projeção: ingresso dos filhos no mercado de trabalho (“vão trabalhar assim que tiverem idade”, “estão crescendo e a ajuda vai aumentar”).

Outros 12 apresentam a suposição de que as condições de vida de suas famílias não devem sofrer alterações, enquanto os filhos não puderem passar a contribuir mais efetivamente com o orçamento familiar: “... vai ficar igual até os filhos começarem a trabalhar”, “...até crescerem um pouco”.

Os 10 restantes, que apontam as perspectivas familiares futuras de forma pessimista, fazem-no com base na situação da pesca (a pesca “... se continuar como está, piora e muito” a situação familiar) e, por vezes, na impossibilidade de que os filhos venham a colaborar de alguma forma: um dos entrevistados afirmou que só tem “dois filhos doentes mentais”.

A perspectiva de aumento do número de pessoas trabalhando, dentro do grupo familiar, aparece assim, como a razão mais palpável e como a depositária das esperanças de dias melhores, para os entrevistados. A impossibilidade desta perspectiva torna remotas aquelas esperanças.

3.3. Comunitárias

(Como é que o Sr. acha que vai ficar a vida dos pescadores daqui para frente? Por quê?)

Se a situação familiar tende a ser vista como ruim ou apenas suportável, mas tendendo a melhorar, a situação do grupo dos pescadores, como um todo, aparece como ruim e tendendo a tornar-se ainda pior.

Dos 53 entrevistados que responderam a esta questão, 27 apresentaram a convicção de que a vida dos pescadores, de forma geral, vai se tornar pior do que está atualmente, 15 mostraram ter esperanças de que ela melhore e os outros 11 disseram acreditar que as condições de vida coletivas devem permanecer tal como estão.

As razões nas quais as expectativas mais pessimistas estão baseadas são várias: a diminuição dos cardumes (“*a pesca está fracassando*”, “*o peixe está diminuindo*”), a dificuldade de comercialização do pescado (“*é difícil vender o peixe, às vezes tem que pará de pescar pois não tem comprador*”), a atuação contrária e os desmandos dos órgãos oficiais (“*as prefeituras querem tirar o [pescador] profissional e deixar só os amadores..*”), o descaso geral para com a natureza (“*não estão respeitando o ambiente*”), o alto preço dos equipamentos (“*a pesca está ruim e o custo das redes é muito alto*”), a ineficiência dos órgãos representativos dos pescadores (“*por causa da administração*”) e as próprias características dos pescadores, que “*não são esforçados e são desunidos*”. Todos estes elementos combinam-se para compor uma perspectiva nada animadora para o futuro do grupo.

As respostas, bem menos numerosas, dos que consideram que as condições de vida dos pescadores devem permanecer tal como estão, aparecem associadas a razões muito próximas das apresentadas pelos respondentes do segmento anterior. Considerações como as de que “*...cada dia que passa o peixe tá sumindo*”, que “*ninguém se preocupa com os pescadores*”, ou de que tudo vai continuar como está “*se não mudar o presidente da Colônia*” associadas a estas respostas mostram que “ficar igual”, no caso, significa continuar ruim. A confirmação deste significado é dada por outras duas respostas, bastante semelhantes, segundo as quais “*é difícil melhorar de uma hora para outra*” e a situação do grupo, “*não tem previsão de melhora*”.

Houve 15 respostas que apontaram uma perspectiva de que as condições de vida dos pescadores tendem a melhorar. No entanto, a análise das razões que apoiam esta expectativa mostra um quadro bem menos otimista do que o sugerido pelos números, isolados. Nada menos que 10 dos entrevistados condicionaram suas expectativas a acontecimentos ou a processos que podem ou não ser efetivados. Para estes, as condições de vida dos pescadores podem melhorar “*se proibir a pesca na piracema*”, “*se o*

peixe aumentar”, “*se abrir um canal em Foz...*”, “*se houver atendimento da indústria e a Colônia se organizar*” ou se o “*governo liberar ajuda a fundo perdido*”.

Outras respostas aparecem baseadas apenas em esperanças: “*esperança de ajuda financeira*”, “*esperança que melhore, com a ajuda da Colônia*”. Mesmo que estas perspectivas sejam remotas, a crença na possibilidade de sua ocorrência parece agir como um elemento de estímulo. Afinal, como disse um dos entrevistados, a ajuda esperada “*ainda não apareceu mas tem que aparecer*”.

Com exceção da organização da Colônia, todos os outros são processos sobre os quais os pescadores têm pouco ou nenhum grau de controle, o que torna suas expectativas de melhoras bastante frágeis.

3.4. Para a pesca

(O que o sr. acha que vai ser da pesca daqui para frente? Por quê?)

A maior concentração numérica, ainda que com uma diferença bastante pequena do grupo oposto, foi a das respostas que apontaram uma perspectiva de melhora para a atividade da pesca. Novamente, se considerarmos apenas a distribuição das respostas iniciais, poderíamos supor a existência de uma contradição entre os dados: afinal, frente ao item anterior, 27 dos respondentes disseram que as condições de vida dos pescadores devem piorar, no entanto, aqui, 25 das respostas apresentam a suposição de que a pesca deve melhorar. A análise das razões nas quais as respostas se apoiam pode nos dar, entretanto, uma visão bastante diferenciada das expectativas dos entrevistados.

No que se refere à pesca, dos 52 entrevistados que responderam a esta questão, 25 apresentam perspectivas de que as condições da pesca, no lago, devem melhorar. Entretanto um número reduzido de respostas apoiam-se em constatações (“*a desova foi boa*”, “*o armado está aumentando*”). A maioria das respostas apresenta-se condicionadas a suposições: a pesca deve melhorar se “*...a fiscalização for eficiente e controlar a pesca dos filhotes*”, se “*fizer uma nova associação*”, se “*a escada funcionar*”, se o “*peixe subir a escada*”.

Uma visão bem mais pessimista é apresentada por 22 dos entrevistados e baseada em afirmativas taxativas, tais como: “*o peixe está*

diminuindo”, “*o peixe tá acabando, a procura também tá diminuindo*”, “*a tendência é piorar*”. Segundo um dos entrevistados, frente às dificuldades, a tendência é da pesca “*um dia acabar*”.

Os 6 que apresentam a suposição de que a situação da pesca tende a permanecer tal como está também não aparentam maior grau de otimismo pois consideram, por um lado, que “*se os filhotes de peixes não forem capturados pode ser que melhore*” e, por outro, que “*ninguém faz nada para melhorar*”.

Como se pode ver, as expectativas de melhoras são, em sua maior parte, apoiadas em suposições bastante tênues. As expectativas de que as condições da pesca vão piorar, por sua vez, aparecem apoiadas em afirmações muito mais taxativas: “*o peixe está diminuindo*”, “*o peixe tá acabando*”, “*além do peixe estar acabando, a procura também está diminuindo*”.

Embora a maioria dos entrevistados afirmem que as perspectivas, para a pesca, são de melhoras, parecem encontrar pouca sustentação, diante das condições concretas enfrentadas pela atividade pesqueira local.

4. Conclusão

De uma forma geral, as condições de vida dos pescadores da região apresentam-se extremamente precárias e preocupantes.

De um lado, a pesca vem sendo uma atividade desgastante, pouco produtiva e pouco rentável. Desgastante pelas condições com que é praticada, com tecnologia extremamente simples e dependente, basicamente, do esforço físico e da sorte. Pouco produtiva, uma vez que as espécies “nobres” de peixes (as de sabor mais apreciado e que alcançam melhores preços no mercado) praticamente desapareceram da região, já que são típicas de águas correntes. Além disso, os cardumes das espécies restantes, em função das condições do lago – e talvez da própria atividade pesqueira, vêm diminuindo. Assim, o volume do pescado vem sofrendo declínio. Por último a rentabilidade da pesca, ao menos para os pescadores locais, é pequena, uma vez que, tendo condições muito limitadas de armazenamento, estes são obrigados a vender muito rapidamente e por preços reduzidos o pescado a atravessadores que, munidos de câmaras e

caminhões frigoríficos podem abastecer os mercados consumidores maiores – e mais distantes – em condições muito mais favoráveis.

De um segundo lado, a escassez de alternativas de trabalho na região quase que impõe a pesca como atividade profissional.

Podemos considerar, ainda, as políticas nacionais incentivadoras de um sistema de produção agrícola que prima pela concentração fundiária e pela exclusão da mão-de-obra menos qualificada e que continua sustentando quadros socioeconômicos como os atuais, naquela região.

Se tomarmos, como um quarto lado, a pouca qualificação profissional dos pescadores da região, que dificulta ou até mesmo impede que eles busquem outras alternativas de trabalho nos centros maiores, teremos uma figura fechada em torno deles, tornando suas existências e suas perspectivas de futuro bastante sombrias.

O ingresso dos filhos no mercado de trabalho e o ganho adicional que isto poderia representar para o orçamento familiar aparece como uma das poucas, ou talvez como a única, alternativa de superação das condições atuais que podem, ser viabilizadas por eles, independente de auxílio externo.

Outras alternativas, que implicam em algum grau de organização e de participação coletivas, ainda que pequenas, tais como melhorar a atuação das Colônias de Pescadores ou mesmo trocar o presidente de uma delas, embora citadas como necessárias, não são apontadas como possíveis ou viabilizáveis. Parece haver, portanto, um alto grau de imobilismo, associado a uma perspectiva individual ou, no máximo, familiar, de buscas de superação das condições atuais.

Além disso, parece haver um grau considerável de imediatismo revelado nas Representações Sociais elaboradas pelos entrevistados sobre suas condições atuais de vida. Estas parecem ser vistas e aceitas – como “naturais”, já que os processos históricos que as produziram e que foram vividos, ao menos em parte, por eles, não são citados. Em nenhum momento os entrevistados se reportam a acontecimentos passados, como os processos de colonização e de exclusão social, ocorridos na história recente, que possam ter contribuído, de alguma forma, para as condições em que se encontram atualmente.

É possível supor que o conformismo, que transparece nos dados levantados, apontados em falas como por exemplo “*dá pra viver*”, “*tá dando pra levar*”, não se deva, fundamentalmente, a características pessoais dos entrevistados, mas que seja produto dos seguidos processos históricos de exclusão à que aquele grupo foi e continua sendo submetido.

Graças a isto e à falta de perspectivas concretas de mudanças, suas vidas aparecem, para eles próprios, como imóveis ou, no máximo, dotadas de um movimento lento, inevitável e numa única direção, como as águas do lago.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, A. A., OKADA, E. K. e GREGORIS, J. *Características Econômicas e Sociais das Atividades Pesqueiras no Reservatório de Itaipu*. Trabalho apresentado no “Simpósio Regional sobre Manejo de la Pesca en Embalses en América Latina”, Havana, Cuba, 24 a 28 de outubro de 1994.

JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RÉGIS DE MORAIS, J. F. *Ecologia da Mente*. Campinas: Editorial Psy, 1993.

TOMANIK, E. A., CHAVES FILHO, M. M. de F. e LUCAS, S. M. Ocupação do Espaço, Exclusão e Representações: Uma Contribuição da Psicologia Social aos Estudos Ambientais. Em ZANELLA, A. V. e OUTROS (ORGS.). *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.